

Gilvan Veiga Dockhorn  
João Paulo Avelãs Nunes  
Diorge Alceno Konrad  
(Coords.)

# BRASIL E PORTUGAL

DITADURAS E TRANSIÇÕES PARA A DEMOCRACIA



GILVAN VEIGA DOCKHORN é Professor da UFSM. Doutor em História das Sociedades Ibero Americanas pela PUC-RS e Pós-Doutorado em História Contemporânea Comparada pela UC, é Investigador do CEIS20/UC e membro da REFAT. Tem estudado o regime civil-militar brasileiro, transição da ditadura para a democracia, violência política e de Estado, pertencimento e identidade, cultura de massas e cinema, cineclubismo e democratização do acesso à cultura.

JOÃO PAULO AVELÂS NUNES é Professor da UC. Doutor em História Contemporânea pela UC, é Investigador do CEIS20/UC e membro da REFAT. Tem estudado história e teoria da memória histórica e da historiografia, história do século XX e história das relações internacionais contemporâneas, história das políticas econômicas e sociais contemporâneas, divulgação da historiografia e didática da História, arqueologia e industrial e cultura organizacional, história e teoria do patrimônio cultural e da museologia.

DIORGE ALCENO KONRAD é Professor da UFSM. Mestre em História do Brasil pela PUC-RS e Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP, é membro do GT Mundos do Trabalho da ANPUH-RS. Tem promovido a cooperação entre Universidades brasileiras, argentinas e uruguaias. Tem estudado o regime civil-militar brasileiro, transição da ditadura para a democracia, violência política e de Estado, história dos trabalhadores e dos movimentos sociopolíticos.

# HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA



**EDIÇÃO**

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: [imprensauc@ci.uc.pt](mailto:imprensauc@ci.uc.pt)  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

**Editora UFSM**

Email: [contato@editoraufsm.com.br](mailto:contato@editoraufsm.com.br)  
URL: <https://editoraufsm.com.br/>

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**CONCEÇÃO GRÁFICA**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**IMAGEM DA CAPA**

Aline Britto Fialho

**INFOGRAFIA DA CAPA**

Mickael Silva

**PRÉ-IMPRESSÃO**

Jorge Neves

**EXECUÇÃO GRÁFICA**

KDP

**ISBN**

978-989-26-1714-5 (IUC)  
978-65-5716-019-0 (UFSM)

**ISBN DIGITAL**

978-989-26-1717-6

**DOI**

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1717-6>

**Gilvan Veiga Dockhorn**  
**João Paulo Avelãs Nunes**  
**Diorge Alceno Konrad**  
**(Coords.)**

# **BRASIL E PORTUGAL**

**DITADURAS E TRANSIÇÕES PARA A  
DEMOCRACIA**

(Página deixada propositadamente em branco)

## ÍNDICE

Introdução . . . . .	7
<b>A transição no Brasil como redefinição do Estado Autoritário . . . . .</b>	<b>11</b>
GILVAN VEIGA DOCKHORN	
<b>Sobre a utilidade da teoria na historiografia: o exemplo da história dos regimes políticos no século XX. . . . .</b>	<b>47</b>
JOÃO PAULO AVELÂS NUNES	
<b>Ditadura brasileira: reflexões e polêmicas no cinquentenário do golpe de Estado (em perspectiva conesulense) . . . . .</b>	<b>73</b>
ENRIQUE SERRA PADRÓS	
<b>Quem comanda? O Conselho da Revolução e o papel das Forças Armadas na revolução portuguesa. . . . .</b>	<b>97</b>
MARIA INÁCIA REZOLA	
<b>Estado Novo no Rio Grande do Sul (1937-1945): sociedade vigiada, sociedade censurada. . . . .</b>	<b>119</b>
GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD	
<b>Transición y memoria del franquismo . . . . .</b>	<b>137</b>
ÁNGEL RODRÍGUEZ GALLARDO	
<b>Resistência e “Distensão”: a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1979) . . .</b>	<b>169</b>
DIOGE ALCENO KONRAD	

<b>A guerra e o colonial: posições, oposições, legados. . . . .</b>	<b>179</b>
MIGUEL CARDINA	
<b>As imagens dos indígenas durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil: prepetrando o colonialismo cultural . . . . .</b>	<b>197</b>
JÚLIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS	
<b>A Guerra Colonial portuguesa na democratização da história: corpos, subjetividades e violências . . . . .</b>	<b>241</b>
BRUNO SENA MARTINS	
<b>Cenários da utopia: teatro, resistência política e experiência histórica no Brasil dos anos 60. . . . .</b>	<b>263</b>
ATÍLIO ALENCAR DE MOURA CORRÊA	
<b>Os desafios do jornalismo entre liberdade e responsabilidade. . . . .</b>	<b>289</b>
CARLOS CAMPONEZ	
<b>Movimentos e rupturas: as vozes do <i>Hip Hop</i> . . . . .</b>	<b>313</b>
TATIANA APARECIDA MOREIRA	
<b>União Europeia e democracia: vicissitudes e desafios . . . . .</b>	<b>335</b>
ANTÔNIO MARTINS DA SILVA	
<b>Conclusão . . . . .</b>	<b>365</b>



MARIA INÁCIA REZOLA

*Escola Superior da Comunicação Social (ESCS-IPL)*

*e Instituto de História Contemporânea (IHC-UNL).*

## **QUEM COMANDA? O CONSELHO DA REVOLUÇÃO E O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NA REVOLUÇÃO PORTUGUESA**

O derrube da ditadura Salazarista/Marcelista, a 25 de Abril de 1974, assinala o desencadeamento de um processo revolucionário em que, através de uma intensa disputa, se decidem os destinos do país. Todos os que, do exterior, observaram a evolução política portuguesa nesses anos de 1974-1975 são unânimes em destacar a sua excecionalidade. O jornalista do *Le Monde* Dominique Pouchin refere-se-lhe como o “último teatro leninista”, uma “Cuba na Europa do Sul” (POUCHIN, 1994). As viagens de turismo cultural organizadas pela agência *Nouvelle Frontières* deixam patentes que, para os jovens europeus, participantes da experiência do Maio de 68, esta era a possibilidade de observar *in loco* o que apenas conheciam dos manuais. Portugal era um laboratório de experimentação política e social, onde decorria a última revolução de esquerda da Europa.

O objetivo deste artigo é analisar o papel do Conselho da Revolução, um organismo político militar que, constituído em inícios de 1975, traduz a institucionalização do poder militar e da legitimidade revolucionária. Durante um ano (abril de 1975 a abril de 1976) foi o órgão cimeiro da estrutura constitucional revolucionária e, apesar de com muito menor influência, irá manter-se entre os órgãos de soberania até à revisão constitucional de 1982.

### **Os agentes da mudança em questão**

Na já abundante literatura sobre o processo revolucionário português é possível encontrar um relativo consenso quanto à natureza do 25 de Abril

de 1974, um golpe de estado que o envolvimento popular transforma numa revolução (FERREIRA, 1983; REIS, 1992; OLIVEIRA, 1993). Da mesma forma, deteta-se uma certa unanimidade no que diz respeito à periodização e principais características das fases da Revolução. A primeira, que coincide com os meses de maio a setembro de 1974, é dominada pelo confronto entre o Presidente da República, António de Spínola<sup>1</sup>, e a Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA)<sup>2</sup>. Ainda que, em causa, estivessem um projeto político mais amplo e a forma como se deveria processar a transição, o cerne da disputa trava-se em torno da questão colonial. Em outubro de 1974, na sequência do afastamento de Spínola, inaugura-se de uma nova etapa da Revolução. Estando já decidida a descolonização, novos temas dominam a ordem do dia, destacando-se a institucionalização do MFA (de maneira a que lhe fosse assegurado um lugar no aparelho de Estado), a realização de eleições, a elaboração de um Programa de Política Económica e Social (PPES)<sup>3</sup> e a questão da *unicidade sindical*<sup>4</sup>. Finalmente, fracassada uma nova tentativa de golpe de estado protagonizada por Spínola (11 de março de 1975<sup>5</sup>), a revolução acelera o seu passo. Como teremos oportu-

---

<sup>1</sup> António Sebastião Ribeiro de Spínola (1910-1996), oficial do Exército português. Tem uma brilhante carreira militar, tendo em 1968 sido nomeado comandante-chefe e governador da Guiné, cargo que acaba por o catapultar em termos políticos. Regressado à metrópole no verão de 1973, é nomeado vice-chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (janeiro de 1974) e publica o livro *Portugal e o Futuro*, onde defende, entre outras coisas, que a solução para a guerra colonial é política e não militar.

<sup>2</sup> Órgão diretivo do Movimento dos Capitães e, depois, do Movimento das Forças Armadas, constituído em outubro de 1973. Depois do 25 de Abril de 1974, apresenta também a designação de Comissão Coordenadora do Programa do MFA e assume uma expressão legal com a integração dos seus membros no Conselho de Estado, em maio de 1974.

<sup>3</sup> Documento aprovado em Conselho de Ministros a 7 de fevereiro de 1975, propondo uma nova estrutura socioeconómica para a sociedade portuguesa. Também conhecido como “Documento Melo Antunes”, acabará por ser inviabilizado pelas medidas tomadas na sequência do 11 de março de 1975.

<sup>4</sup> Termo cunhado por Francisco Salgado Zenha, no âmbito da forte polémica gerada pelo projeto de lei das associações sindicais, apresentado pelo subsecretário de estado do trabalho (o dirigente comunista Carlos Carvalhas), que favorecia a existência de uma central sindical única, imposta por lei. A polémica acaba por dar lugar aos primeiros confrontos sérios entre o PS e o PCP, deixando antever os confrontos que percorrem o país no *Verão quente* de 1975.

<sup>5</sup> Tentativa de golpe de estado, levado a cabo pelos sectores direitistas das Forças Armadas, que pretendia alterar o rumo do processo revolucionário português. Na manhã de 11 de Março, atacam o Regimento de Artilharia Ligeira 1 (RAL 1), em Lisboa, procedem

nidade de analisar, o poder militar institucionaliza-se através da criação do Conselho da Revolução (CR). São decretadas as nacionalizações da Banca e das companhias de seguros. Da mesma forma, são dados os primeiros passos para enquadrar a reforma agrária já em curso. É durante esta terceira e última fase da Revolução que todas as posições se radicalizam, parecendo precipitar o país para uma guerra civil.

Apesar destes consensos relativamente à natureza do 25 de Abril e aos ritmos essenciais da revolução, muitos outros aspetos permanecem polémicos. Iniciado nos anos 1980-1990 pela primeira vaga de estudos académicos sobre a revolução portuguesa, um dos debates de fundo ainda hoje em curso incide sobre a importância relativa de cada um dos atores e agentes do processo. Foram os militares os seus protagonistas? Foi o MFA o *motor da Revolução*? Qual a importância dos partidos políticos? E das mobilizações de *massas*?<sup>6</sup>

Uma análise do complexo processo revolucionário permite-nos concluir que, independentemente da tese adotada, qualquer resposta à paradigmática questão “quem comandou a Revolução?” terá de ter em conta os seus três atores centrais. Além do mais e apesar de, em nosso entender, os militares terem sido os protagonistas destacados do processo de transição, o seu poder não foi sempre o mesmo. A grande fratura opera-se no Verão de 1975, momento em que o MFA se dilui numa multiplicidade de facções, facto que debilita irreversivelmente a sua capacidade de comando. Esta crise de direção e as contradições programático-ideológicas no seio do Movimento criam o terreno propício para um novo protagonismo das forças político-partidárias e movimentos sociais que, desde a queda da ditadura, se manifestavam com crescente intensidade.

---

ao ataque ao RAL 1, assalto ao emissor do Rádio Clube Português, no Porto Alto e tentam a início de sublevação da GNR. Sem sucesso. António de Spínola e mais 18 oficiais implicados no golpe fogem de helicóptero para Espanha.

<sup>6</sup> Sobre esta polémica e os principais autores nela envolvidos ver, por exemplo, REZOLA, Maria Inácia. *Os militares na Revolução de Abril: o Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.

## O Conselho da Revolução: génese

Última metamorfose do MFA, segundo José Medeiros Ferreira (1994, p. 224), o Conselho da Revolução (CR) é criado pela Lei n.º 5/75, de 14 de março, correspondendo a uma aspiração há muito acalentada pelo Movimento.

É ideia corrente que a institucionalização do MFA deve ser integrada no quadro mais vasto da escalada dos sectores *gonçalvistas*<sup>7</sup> no aparelho militar e na estrutura do estado. No entanto, a análise do processo que culminou na constituição do CR conduz-nos a conclusões diferentes deixando patente que a preocupação em conferir o carácter de instituição ao MFA decorre essencialmente de três fatores: (1) do evoluir da Revolução, sobretudo depois dos primeiros confrontos com o general António de Spínola; (2) da consciência da debilidade dos partidos políticos; (3) da necessidade de um período de transição protagonizado pelos militares para garantir o cumprimento do programa do MFA. Saliente-se ainda que a existência de organismos político-militares não constitui uma novidade no processo político inaugurado com o 25 de Abril de 1974. A par da Junta de Salvação Nacional (organismo exclusivamente militar constituído nesse mesmo dia) e do Conselho dos Vinte (criado em outubro de 1974), os militares tinham uma forte presença no Conselho de Estado (dois terços dos lugares) e, a partir do II Governo Provisório, no executivo. Asseguravam ainda a Presidência da República.

O debate sobre a institucionalização do MFA é introduzido na ordem do dia depois de superada a crise do 28 de Setembro<sup>8</sup>, alcançando particular intensidade nos primeiros meses de 1975. Apesar de existir um certo consenso, entre civis e militares, quanto à necessidade de institucionalizar o poder do militar (leia-se, do MFA), rapidamente se denotam divergências relativamente ao seu lugar no aparelho de Estado e à latitude dos seus poderes. Os debates no interior do Movimento e, sobretudo, entre este e os partidos políticos,

---

<sup>7</sup> Sector afeto a Vasco Gonçalves, primeiro ministro de quatro dos seis governos provisórios do período revolucionário, tido como pertencente ao grupo dos militares próximos do Partido Comunista Português (PCP).

<sup>8</sup> Tentativa de golpe que tinha como base a manifestação da “maioria silenciosa” em apoio de António de Spínola e à sua política colonial.

colocam esta realidade em evidência, deixando em aberto um vasto leque de possibilidades (Rezola: 2006).

Os acontecimentos do 11 de Março acabam por precipitar a já prevista institucionalização do MFA, reduzindo, no entanto, a capacidade negocial dos partidos no momento de discutir os seus poderes. Nessa mesma noite, a Assembleia do MFA determina a criação de um Conselho da Revolução “que será o órgão executivo do Movimento das Forças Armadas, ao qual competirá a direção da revolução” (*Diário de Notícias*, 13/3/75).

Tal como os primeiros organismos diretivos do Movimento – Comissão Coordenadora e Conselho dos Vinte – o CR apresenta-se como guardião do Programa do MFA e garante da prossecução da ‘obra de reconstrução nacional’. No entanto, ao ser consagrado por lei, e ao dispor de amplos poderes (constituintes, militares, fiscalizadores e de conselho do Presidente da República), o CR representa um considerável reforço do papel político do MFA e uma garantia da sua presença na estrutura constitucional revolucionária, assumindo-se como a cúpula do poder cívico-militar. O período de abril de 1975 a abril de 1976 constitui a sua época áurea, ainda que a sua efetiva capacidade de direção não tenha sido constante.

## **Composição e orgânica do CR**

O primeiro documento que especifica as funções, poderes e composição do CR é a Lei 5/75, de 14 de março. É preparado essencialmente pelo Conselho dos Vinte (12 de março) e ultimado pelos membros militares do Conselho de Estado (13 de março). O processo não foi pacífico, destacando-se, neste contexto, as polémicas em torno da sua composição<sup>9</sup> e da demissão dos membros civis do Conselho de Estado (Amaral: 1995, p. 346 e ss).

No que diz respeito à composição, a Lei 5/75 determina que integrem o novo organismo o Presidente da República; o Chefe e vice-Chefe do Estado-

---

<sup>9</sup> Note-se que no mesmo dia em que o Conselho dos Vinte discute os estatutos do CR, a V Divisão promove uma reunião no Centro de Sociologia Militar, na tentativa de antecipar a escolha dos elementos do Exército a integrar no novo organismo.

-Maior-General das Forças Armadas; os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas; o comandante-adjunto do COPCON; a Comissão Coordenadora do Programa do MFA; oito elementos a designar pelo MFA (quatro do Exército, dois da Armada e dois da Força Aérea); os membros da ex-JSN; o primeiro-ministro, se militar. Na prática, estas disposições significam que o novo organismo deveria ter um total de 24 membros dado que alguns dos titulares destes cargos acumulavam mais de uma função<sup>10</sup>. No entanto, dias depois, pelo decreto n.º 137-A/75 de 17 de março, o número de conselheiros eleva-se para 25. Compromissos assumidos no decurso do recrutamento dos elementos a designar pelo MFA fazem com que, em vez dos quatro inicialmente previstos, integrem o CR cinco representantes do Exército.

#### **Membros do CR**

segundo o decreto-lei 137-A/75, de 17 de março

- 1 – General Francisco da Costa Gomes, PR e CEMGFA
- 2 – Brigadeiro Vasco dos Santos Gonçalves, primeiro-ministro
- 3 – Vice-almirante José Pinheiro de Azevedo, CEMA
- 4 – General Carlos Alberto Idães Soares Fabião, CEME
- 5 – General Narciso Mendes Dias, CEMFA
- 6 – Vice-almirante António Alva Rosa Coutinho, membro da extinta JSN
- 7 – General Aníbal José Coentro de Pinho Freire, idem
- 8 – General Nuno Miguel Guimarães Fisher Lopes Pires, idem
- 9 – Brigadeiro Otelio Nuno Romão Saraiva de Carvalho, comandante adjunto do COPCON
- 10 – Tenente-coronel Manuel Ribeiro Franco Charais, da Comissão Coord. do MFA
- 11 – Capitão-tenente Carlos de Almada Contreiras, idem
- 12 – Major piloto aviador José Bernardo do Canto e Castro, idem
- 13 – Major engenheiro de aeródromos José Gabriel Coutinho Pereira Pinto, idem
- 14 – Capitão Vasco Correia Lourenço, idem
- 15 – Capitão engenheiro Duarte Nuno de Ataíde Saraiva Marques Pinto Soares, idem
- 16 – Primeiro-tenente José Manuel Miguel Judas, idem
- 17 – Capitão-de-fragata engenheiro construtor naval Manuel Beirão Martins Guerreiro, designado pelo MFA

---

<sup>10</sup> Costa Gomes, por exemplo, era Presidente da República, CEMGFA e membro da JSN; outros, como Carlos Fabião, Mendes Dias ou Pinheiro de Azevedo, eram membros da JSN e chefiavam um dos ramos das FA

- 18 – Major de Infantaria Pedro Júlio Pizarat Correia, idem
- 19 – Major engenheiro aeronáutico José Manuel da Costa Neves, idem
- 20 – Capitão de artilharia Rodrigo Manuel Lopes de Sousa e Castro, idem
- 21 – Primeiro-tenente médico naval Ramiro Pedrosa Correia, idem
- 22 – Capitão engenheiro de aeródromos Vítor Manuel Graça Cunha
- 23 – Capitão de artilharia Manuel João Ferreira de Sousa, idem
- 24 – Capitão engenheiro Luís Ernesto Albuquerque Ferreira de Macedo, idem
- 25 – Tenente de infantaria António Alves Marques Júnior, idem

Na composição do novo organismo nota-se, no entanto, a ausência de algumas figuras de relevo do MFA como Melo Antunes ou Vítor Alves. Por isso, em finais de março, na sequência de uma intervenção de Vítor Crespo nesse sentido, são integrados no CR mais quatro elementos que, tendo pertencido à primeira Comissão Coordenadora do MFA, se ocupavam agora de outras missões: Melo Antunes, Vítor Alves, Vítor Crespo e Costa Martins. O número de conselheiros eleva-se assim para 29.

A composição do CR sofrerá ainda outras alterações até ao verão de 1976, sendo de destacar, desde logo, a integração dos comandantes das Regiões Militares do Continente, em maio de 1975, medida justificada com a necessidade de proceder a uma descentralização regional dos poderes do CR e de garantir uma informação atualizada das realidades concretas do país. Como resultado desta decisão os conselheiros Franco Charais e Pizarat Correia assumem o comando das Regiões Militares Centro e Sul, respetivamente, convidando-se o comandante da Região Militar Norte, Eurico Corvacho, a integrar o CR. Na Região Militar de Lisboa a situação permanece inalterada uma vez que Otelo Saraiva de Carvalho fazia parte do elenco inicial do Conselho. Esta reestruturação, que elevou o número de conselheiros de 29 para 30, completa-se com a nomeação do conselheiro Pinto Soares como comandante da Academia Militar.

A recomposição empreendida, na sequência da Assembleia de Tancos<sup>11</sup>, em que o número de conselheiros se reduz para 18, a saber, Presidente da

---

<sup>11</sup> Assembleia de Delegados do MFA, realizada na Escola Prática de Engenharia, em Tancos, a 5 de setembro de 1975, que assinala o fim do verão quente e uma alteração de correlação de forças no MFA. Também designada por “pronunciamento de Tancos”.

República, primeiro-ministro, CEMGFA, CEMA, CEME, CEMFA, Comandante do COPCON e 12 elementos a designar pelo MFA (seis do Exército, três da Armada e três da Força Aérea).

#### **Membros do CR**

Recomposição de setembro de 1975

	<b>Exército</b>	<b>Armada</b>	<b>Força Aérea</b>
<b>Membros inerentes</b>	Costa Gomes Carlos Fabião Otelio S. Carvalho	Pinheiro de Azevedo Filgueiras Soares	Morais da Silva
<b>Membros nomeados</b>	Franco Charais Pezarat Correia Melo Antunes Vasco Lourenço Sousa Castro Marques Júnior	Rosa Coutinho Martins Guerreiro Almada Contreiras	Pinho Freire Canto e Castro Costa Neves

Em inícios de dezembro de 1975 tem lugar uma nova reestruturação que obedece a dois princípios fundamentais: a efetiva proporcionalidade dos três Ramos das Forças Armadas e “as últimas modificações operadas devido à tentativa de golpe militar de 25 de Novembro”. De acordo com a composição então definida, fazem parte do CR (a) o Presidente da República; (b) o primeiro-ministro, se militar; (c) o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas; (d) os Chefes dos Estados-Maiores dos três Ramos das Forças Armadas; (e) catorze oficiais, sendo oito do Exército, três da Armada e três da Força Aérea, designados pelos respetivos Ramos (Resolução, CR, Ata da reunião de 11 de dezembro de 1975, anexo M). Na sequência desta proposta, que eleva o número de conselheiros para 20, e da reestruturação então empreendida, passam a integrar o CR Ramalho Eanes (CEME, em substituição de Carlos Fabião), Souto Cruz (CEMA, substituindo Filgueiras Soares), Vítor Crespo (em substituição de Rosa Coutinho), Almeida e Costa (que substitui Almada Contreiras) e dois novos elementos nomeados pelo Exército: Pires Veloso e Vítor Alves.

Finalmente, no verão de 1976, depois da tomada de posse de Ramalho Eanes como Presidente da República, o CR conhece uma nova reestrutura-



ção. Desde logo com a integração de Rocha Vieira, que assume a chefia do Estado-Maior do Exército em substituição de Eanes. Depois, as alterações mais profundas decorrem de uma determinação do seu novo presidente, segundo a qual os membros do CR não podiam acumular as funções de conselheiro com o comando militar. Confrontados com o ‘ultimato’ de Eanes, os visados por esta determinação apresentam as suas escolhas. Pires Veloso e Pinho Freire optam pelo desempenho de funções militares (comandante da RMN e comandante da 1.<sup>a</sup> Região Aérea, respetivamente), sendo substituídos no CR por Jorge Ribeiro Cardoso e Amadeu Garcia dos Santos. Franco Charais, Pezarat Correia e Vasco Lourenço renunciam ao desempenho de funções militares. As dificuldades de substituir este último no comando da RML levam a que se abra uma exceção e lhe seja permitida a acumulações de funções.

Fundamentada numa conceção civilista, adequada da completa distinção entre funções políticas e militares, da dissolução do MFA e da subordinação do poder militar ao civil, a reestruturação causou uma viva reação dos conselheiros da linha *meloantunista*<sup>12</sup> que denunciam o esvaziamento do peso institucional dos membros do CR (Rezola, 2009, p. 536 e ss.). Uma posição polémica, reflexo de conceções bem diversas quanto ao processo de consolidação democrática e, sobretudo, relativamente ao papel do CR na vida nacional. O Conselho entrava então numa nova fase.

Em termos orgânicos, os conselheiros repartiam-se por diferentes comissões, com funções específicas, destacando-se, num primeiro momento, a constituição de uma Comissão Militar e de uma Comissão Política. A primeira detinha funções de Conselho dos Chefes dos Estados Maiores e de estudo dos assuntos de carácter militar. A segunda dedicava-se ao estudo de problemas de natureza política e às relações com os Partidos e movimentos políticos.

Esta estrutura, definida em princípios de abril, é revista em junho determinando-se a organização do Conselho em cinco níveis ou comissões: Comissão

---

<sup>12</sup> Grupo que gravita em torno de Ernesto Melo Antunes (1933-1999), consensualmente considerado um dos ideólogos do MFA, e principal autor de um documento publicado a 7 de agosto de 1975, na 3.<sup>a</sup> edição do *Jornal Novo*, subscrito por nove conselheiros da revolução que, assim, manifestam a sua insatisfação perante o rumo dos acontecimentos, apresentando uma proposta política alternativa. Também conhecido como Grupo dos Nove ou moderados.

Central, Política, Militar, Executiva e Plenário. Pouco depois, a 30 de julho de 1975, opera-se a mais polémica e efémera alteração orgânica do CR: a constituição de um Diretório (Troika), de três elementos (Presidente da República, primeiro-ministro e comandante do COPCON), a quem o CR delega os seus poderes. De acordo com essa reestruturação o plenário do CR apenas se reuniria quando convocado por esta nova estrutura diretiva.

Na reorganização empreendida em meados de setembro, o CR retoma a sua orgânica inicial, estruturando-se em torno de duas Comissões: a Militar e a Política.

Finalmente, uma breve referência aos serviços e comissões criados na dependência do CR ou que com ele mantinham algum tipo de relação direta.

Previstos na Lei 5/75, de 14 de março, os Serviços de Apoio do Conselho da Revolução (SACR) são concebidos como um órgão de apoio técnico e administrativo. Superiormente dirigidos por Rosa Coutinho, desdobram-se numa multiplicidade de atividades e funções que transcendem o simples secretariado. Destaca-se, neste contexto, a sua intervenção direta em domínios como o desmantelamento da PIDE/DGS<sup>13</sup>, os Serviços Prisionais Militares, os Serviços de Vigilância Económica e Social e, a partir de setembro de 1975, os Serviços de Polícia Judiciária Militar.

Cabe ainda recordar a constituição, na dependência do CR, do Serviço Diretor e Coordenador de Informações (SDCI) com o objetivo de “coordenar os programas de pesquisa de informações dos diversos órgãos competentes” e “de responder em tempo às solicitações do mesmo Conselho e do Governo em matéria de informações” (decreto-lei n.º 250/75, de 23 de maio).

Outros organismos, como a V Divisão ou o COPCON, apresentam uma ligação ao CR mais ambígua. Dirigidos por conselheiros da revolução (Ramiro Correia e Otelio Saraiva de Carvalho, respetivamente), dependiam hierarquicamente do EMGFA e Presidente do CR, Costa Gomes. No entanto, o facto de existir esta estreita e direta ligação não implica obediência às determinações do CR. Os acontecimentos que rodearam, por exemplo, o caso *República*<sup>14</sup>,

---

<sup>13</sup> Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS-LP.

<sup>14</sup> A crise do *República* (jornal fundado em 1911 e que se notabilizou durante a ditadura salazarista por ter assumido uma orientação de esquerda moderada) eclode a 19 de maio de 1975 quando os tipógrafos do jornal acusando o seu diretor, o socialista Raul Rego, de

são disso exemplificativos. Este e outros momentos da vida do CR, que depois enunciaremos, levam-nos a concluir que em determinadas áreas e momentos no processo revolucionário, mais que no CR, o poder reside nos conselheiros. Em última análise, observa Vasco Lourenço, “o poder do Conselho era o resultante do poder dos conselheiros”<sup>15</sup>.

Cumprе assinalar que estas alterações de composição e orgânica, operada no primeiro ano de vida do CR, não são mais que o reflexo de mudanças mais amplas e profundas decorrentes da própria evolução do processo revolucionário mas também, e sobretudo, das correlações de forças que, em diferentes momentos, se estabeleceram no seio do CR.

### **O “motor da revolução”**

A presença do CR na vida nacional e os seus poderes são reconhecidos e consagrados na Plataforma de Acordo Constitucional assinada, de 11 de abril de 1975, entre o MFA e os partidos (PS, PPD, CDS, PCP, MDP/CDE e FSP). Nela se especificam as suas futuras áreas de intervenção e poderes. Enquanto o órgão nuclear e máximo da nova estrutura política, a consagrar constitucionalmente, o CR dispunha de amplos poderes sobre o Presidente da República e o Governo, numa proposta de subordinação do poder civil que tinha subjacente a instituição de um regime de dominante militar ou dele bastante próximo.

Para já, enquanto não fosse elaborada e aprovada a nova Constituição, os poderes e áreas de intervenção do CR estavam definidos pela Lei 5/75, de 14 de março. Muitos dos princípios do Pacto aparecem já consagrados neste diploma, determinando-se, desde logo, uma forte tutela militar durante o período de transição. Na prática, a plataforma de Acordo Constitucional

---

falta de isenção, decidem saneá-lo e nomear um novo diretor da sua confiança. A ocupação das instalações do jornal por elementos de extrema-esquerda, perante a tolerância do CR, provoca fortes reações do PS que acusa o PCP de convívência com a ação em curso e suspende a sua participação no Conselho de Ministros. A posterior reabertura do jornal pelo COPCON, sem a presença da administração, provoca a saída do Partido Socialista do IV Governo Provisório (10 de julho).

<sup>15</sup> Entrevista com o coronel Vasco Lourenço, 16 de julho de 2002.

limita-se a prever a consagração constitucional dos poderes de que efetivamente o CR já dispunha.

De acordo com a Lei 5/75, enquanto herdeiro dos poderes da JSN, então extinta, competia ao CR (1) vigiar pelo cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas e das leis constitucionais; (2) escolher de entre os seus membros o Presidente da República, o Chefe e Vice-Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior da Armada, o Chefe do Estado-Maior do Exército e o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea; (3) designar, em caso de impedimento do Presidente da República, qual dos membros desempenhará interinamente as suas funções. Do Conselho de Estado, também abolido, o CR herda um leque alargado de poderes legislativos e constituintes cabendo-lhe: (1) exercer os poderes constituintes assumidos em consequência do MFA até à eleição da Assembleia Constituinte; (2) sancionar os diplomas do Governo Provisório que respeitem (a) à eleição da Assembleia Constitucional; (b) à definição das linhas gerais da política económica, social e financeira; (c) ao exercício da liberdade de expressão do pensamento, de ensino, de reunião, de associação e de crenças e práticas religiosas; (d) à organização da defesa nacional e à definição dos deveres destas decorrentes; (e) à definição do regime geral do Governo das províncias ultramarinas; (3) vigiar pelo cumprimento das normas constitucionais e das leis ordinárias e apreciar os atos do Governo ou da Administração (4) autorizar o Presidente da República a fazer a guerra e a paz; (5) pronunciar-se sobre a impossibilidade física do Presidente; (6) pronunciar-se em todas as emergências graves para a vida da Nação e sobre outros assuntos de interesse nacional sempre que o Presidente da República o julgue conveniente.

O CR dispunha ainda dos poderes legislativos até aí atribuídos ao Conselho dos Chefes de Estado-Maior dos três ramos da Forças Armadas competindo-lhe o exercício de funções legislativas sobre matérias que respeitem à estrutura e organização das forças armadas, bem como a assuntos internos das mesmas. Finalmente, é-lhe atribuído o “poder legislativo para as necessárias reformas de estrutura da economia portuguesa”<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> . Esta última atribuição é consagrada na retificação à Lei 5/75 de 21 de março.

Em suma, o CR é concebido como um órgão com ampla capacidade de intervenção, assumindo-se não apenas como a expressão institucional da intervenção militar na vida política mas também como uma superestrutura diretiva do Estado. A ideia base deste novo momento da revolução é a de um regime diferente. Não se trata de uma ditadura militar mas de um regime em que os militares tomam parte ativa, como condutores e agentes de mudança. Esta é, em nosso entender, e apesar de todas as ambiguidades que a caracterizam, a fase mais importante da vida do Conselho, aquela em que procurou ser, e durante alguns momentos foi, o ‘motor da revolução’.

Não é fácil fazer a história do CR no seu primeiro ano de existência que coincide com a última e mais turbulenta fase da revolução. Ela confunde-se com a própria história política do país, numa complexa trama de lutas pelo poder e pela direção do ‘processo em curso’ em que o CR funciona, muitas vezes, como uma válvula de escape e de segurança. Este carácter advém-lhe não só do facto de se assumir como o ‘gestor supremo’ dos conflitos que percorrem o país, como ainda por ter sido o palco do debate político no seio das Forças Armadas. Desta forma, evitou-se que os militares se ligassem diretamente aos partidos (apesar das ligações individuais ou de alguns sectores em momentos particulares) e participassem diretamente na luta política. Em nosso entender, este aspeto é fundamental, abrindo novas perspetivas de análise sobre a especificidade do papel dos militares na transição portuguesa.

### **Quem comanda?**

A primeira determinação do CR – a nacionalização da Banca e companhias de seguros – representa um importante salto qualitativo no processo revolucionário. Depois de meses de debate sobre o rumo a seguir e de indefinição relativamente aos centros de poder, esta medida parece clarificar posições, apontando para a persecução de um projeto socialista, ou para uma via socializante, sob a égide do Conselho da Revolução. A clarificação é, no entanto, limitada. Desde logo devido às dificuldades de aprofundar e encontrar consensos quanto aos contornos do projeto. Depois porque, em breve, o próprio

poder militar é questionado. Um e outro problema dão lugar a uma intensa luta e profundas divisões dentro e fora da estrutura do poder militar.

De facto, definido o papel do CR como ‘motor da Revolução’, torna-se urgente clarificar o seu projeto político. O Programa do MFA fazia referência à instauração de um regime democrático sem, no entanto, definir com precisão os seus parâmetros. O problema agrava-se quando o termo democracia é substituído por ‘via socialista’, expressão que se impõe no léxico político nacional depois do 11 de Março, e da criação do CR, e que é consagrada no Pacto MFA-Partidos. Em causa está não só a definição dessa via, como também a dificuldade em clarificar o papel dos partidos políticos, sobretudo a partir do momento em que, realizadas as eleições para a Assembleia Constituinte, ocorrem os primeiros confrontos violentos entre apologistas da via revolucionária e da via eleitoral. Em suma, a prossecução da ‘revolução’ exige clarificações e definições cabendo ao CR, enquanto órgão supremo da revolução, apresentar propostas nesse sentido.

Os meses de abril e de maio de 1975 são já dominados por esta questão. Num primeiro momento, e depois de algum debate entre diferentes fações e organismos do MFA, o CR parece unido na ideia do estabelecimento de uma ‘aliança Povo-MFA’, concebida como elemento estruturante do socialismo português. Uma vez que os contornos dessa aliança e, sobretudo, o esquema de organização do Estado, não se encontravam clarificados, o CR avança com uma primeira proposta programática: o *Plano de Ação Política (PAP)*. Apresentando-se como um novo Programa do MFA, este documento, de junho de 1975, representa uma tentativa de encontrar uma plataforma de entendimento. No entanto, e apesar de ser uma proposta suficientemente lata para poder abarcar todas as tendências que se iam definindo, o acordo é frágil e precário. Não solucionando, de forma satisfatória, os problemas que se colocavam na definição de poderes e áreas de competência dos diferentes agentes da transição – MFA/Partidos/Poder Popular – o PAP é rapidamente ultrapassado. A partir de então, assistimos a uma pulverização de projetos políticos que são a tradução prática de uma luta fratricida que põe fim à paz dura e habilmente pactuada no interior do CR.

De um lado, os sectores afetos ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves, a que inicialmente estão associados os que gravitam em torno do comandante do

COPCON, com um projeto de institucionalização da ‘aliança Povo-MFA’ em que os partidos políticos são completamente marginalizados (*Documento Guia de Aliança Povo- MFA*, 8 de julho). Dispondo, até inícios do verão de 1975, de alguma vantagem, este grupo procura assenhorar-se da situação. As expressões mais óbvias desta realidade são a constituição do Diretório (*Troika*) e, num segundo momento, as mobilizações tendo em vista a organização de um novo executivo chefiado por Vasco Gonçalves (V Governo Provisório).

A constituição do grupo dos Nove é, em nosso entender, a resposta direta a esta situação. Mais que uma ‘sintonia’ ou ‘comunhão’ ideológica ou programática, o que une os Nove é o desejo de travar o poder do primeiro-ministro e neutralizar o seu *Documento-Guia*. Em alternativa, apresentam uma proposta de transição gradual para a sociedade socialista, através de democracia política (*Documento dos Nove*, 7 de agosto). A ousadia custar-lhes-á a expulsão do CR mas também a conquista de importantes apoios para a sua causa, no campo militar e civil.

Finalmente, cabe ainda referir a constituição de um outro grupo no seio do CR que, autonomizando-se do primeiro, faz a apologia do poder popular e da democracia direta (*Autocrítica Revolucionária do COPCON*, 13 de agosto). A emergência deste terceiro grupo ocorre depois do fracasso das tentativas encetadas pelos Nove tendo em vista o estabelecimento de uma plataforma de entendimento.

Assim, em agosto de 1975, o CR encontra-se profundamente dividido, ficando em causa a sua capacidade de direção. Enquanto órgão supremo da ‘revolução’, o CR torna-se inoperante pela constante contradição e confrontação entre as suas correntes. Esta desagregação do CR não pode, no entanto, ser dissociada de outros processos então em curso que, em última análise, radicam nas eleições de 25 de abril de 1975.

## **Uma capacidade de direção questionada**

Compromisso assumido e irrevogável, as eleições para a Assembleia Constituinte constituem um momento muito particular nesta primeira fase da vida do CR. Dispondo de um poder revolucionário que, nesse momento, ninguém

ousa publicamente questionar, o CR estava consciente de quanto a realização do ato eleitoral o poderia debilitar e, sobretudo, colocar em causa o seu papel de motor da revolução. Neste contexto, não é de estranhar que, salvo raras exceções, os conselheiros sejam unânimes na desvalorização do peso do resultado eleitoral transmitindo a ideia de que, embora a contragosto, a defesa das conquistas de Abril exige a sua presença e intervenção suprema no processo.

Apesar da campanha desenvolvida por alguns sectores do MFA apelando ao voto em branco, como sinal de confiança no Movimento, e das expectativas relativamente à influência e peso das forças comunistas, as eleições saldaram-se num inequívoco triunfo dos socialistas.

Apesar do seu sucesso, o PS revela uma extrema prudência, não fazendo, de imediato, qualquer tipo de reivindicação. No entanto, legitimado pelo resultado eleitoral, irá progressivamente alterar a sua postura, questionando a autoridade revolucionária e a tutela militar. Os acontecimentos do 1.º de Maio de 1975 e o “Caso República” são os grandes detonadores da mudança. Os confrontos e mobilizações por eles proporcionados, que traduzem uma batalha campal entre o PS e o PCP e entre a via revolucionária e a via eleitoral, servem de catalisador para uma mudança na posição dos socialistas, levando a que passem ao ataque (REIS, 1992, p. 47).

Como ‘motor da Revolução’ o CR não podia, conforme as circunstâncias, menosprezar os partidos ou transferir para eles uma larga quota-parte das responsabilidades. Paralelamente, não podia ignorar a forte perturbação introduzida pela disputa partidária. A tentativa de ‘governar sozinho’ era óbvia, conferindo crescente peso aos sectores do MFA que advogavam o reforço da tutela militar e a autonomização definitiva do seu projeto político das interferências partidárias. É pelo menos esse o sentido que deveremos atribuir a várias intervenções proferidas nesses momentos e, sobretudo, ao relatório da Comissão Política do CR sobre os incidentes do 1.º de Maio, um documento claramente depreciativo no que diz respeito aos partidos políticos (REZOLA, 2006, p. 193 e ss.).

Com os esforços desenvolvidos para controlar o confronto político-partidário, patentes, por exemplo, nas audiências concedidas aos representantes do PS e do PCP, o CR assume-se com uma firmeza até então inédita. Apresenta-



-se como o órgão máximo da Revolução, acima e superior a qualquer outra força, decidido a conduzir o processo. Este aparente controlo da situação é, no entanto, efémero. A par dos graves problemas decorrentes da definição da sua base programática que já referimos, o CR rapidamente se confronta com uma insustentável contestação. Promovida essencialmente pelo PS, com o progressivo apoio de um crescente número de organizações político-partidárias (como o PPD ou o CDS) e de outro tipo, esta contestação traduz-se numa sucessão de ataques diretos ao poder militar, personificado em Vasco Gonçalves. Esta luta tem episódios vários, em que os casos República e Renascença (RIBEIRO, 2002) ganham um enorme protagonismo, tendo o seu momento alto na rutura da coligação governamental nos primeiros dias de julho. A partir de então as posições radicalizam-se.

Se é verdade que a queda do IV Governo Provisório foi um fator importante na desagregação do CR, também não constitui dúvida o facto de o *Documento dos Nove* oferecer uma sólida plataforma político-militar a todas as forças civis que, lideradas pelo PS, lutavam contra o *gonçalvismo* e o PCP. Em última análise, potenciou a sua força de contestação fornecendo-lhes um ‘chapéu’ protetor e legitimador. Porque se era inegável a sua legitimidade eleitoral, agora estavam em sintonia com alguns dos detentores da legitimidade revolucionária.

O crescente descontentamento de alguns sectores do CR e das Forças Armadas, associado à ‘pressão da rua’, acaba por ser determinante na vertiginosa ‘queda’ de Vasco Gonçalves e no afastamento dos *gonçalvistas* dos centros de poder.

### **“Motor” ou “moderador”?**

O afastamento de Vasco Gonçalves e a reestruturação do CR, em setembro de 1975, proporcionam um importante momento de clarificação. Também rotulados como grupo dos moderados, os *nove* dominam agora o Conselho.

Esta alteração da correlação de forças no interior do CR, acaba por se traduzir numa valorização do papel das forças político-partidárias na condução do processo. Apesar de defenderem o papel liderante do MFA, os Nove con-

ferem outra relevância aos mecanismos da democracia representativa e, por isso, em resposta a uma das reivindicações socialistas, o VI Governo reflete já o resultado das eleições de abril de 1975. A intervenção partidária ganha progressivamente terreno e importância, ainda que o lugar cimeiro da estrutura constitucional continue a ser ocupado pelo CR. Note-se, no entanto, que apesar da sua nova dinâmica, mais do que “motor” o CR assume agora um papel de moderador.

Os meses de setembro e outubro de 1975 caracterizam-se por uma grande agitação que, em grande medida, tem o seu epicentro no CR, ou seja, nas suas diferentes facções. Em Tancos, pensa-se ter posto cobro ao ‘Verão quente’. Mas a vitória dos Nove é relativa dado que rapidamente se torna óbvio que o seu domínio sobre o CR não tem correspondência em termos de aparelho militar ou mesmo de mobilização popular. Ainda que dominem os centros de decisão, não controlam as unidades militares e a ‘rua’, campos privilegiados da ação da esquerda revolucionária, militar e civil. Apesar da sua fraca representatividade e presença no CR e no governo, esta acaba por desenvolver uma nova estratégia tendo em vista uma inversão da correlação de forças.

De facto, a partir de meados de setembro de 1975, PCP e extrema-esquerda aparecem unidos no propósito de impedir a estabilização da situação político-militar, fundamental para consolidar a hegemonia dos Nove e a capacidade de liderança do CR. Por um lado, ‘minando’ a disciplina militar, apoiando os SUV e outras iniciativas como as jornadas de luta dos deficientes das Forças Armadas. Por outro, desenvolvendo enormes movimentações de rua. O assalto à embaixada de Espanha, em Lisboa, em finais de setembro, constitui, a este respeito, um caso exemplar ainda que não único. Nos dois meses que antecedem o 25 de Novembro, os episódios sucedem-se, numa escalada de violência e conspiração, com o país à beira de uma guerra civil. A incapacidade do CR de sustentar a situação torna-se evidente.

## **Repensando e redefinindo o papel do CR**

Na sequência do 25 de Novembro, assiste-se à abertura de um novo momento político: o da transição entre o processo revolucionário e a institu-

cionalização da democracia. Esses são momentos particularmente complexos para o CR. Desde logo porque se tornava urgente, na nova conjuntura, proceder ao controlo dos elementos revolucionários, ao desmantelamento das estruturas revolucionárias assim como à recomposição das chefias militares. Paralelamente, urgia conter a extrema-direita e, sobretudo um certo triunfalismo que dominou amplos sectores civis e militares. Consciente dos perigos que a situação encerra, o CR consegue evitar o contragolpe que visava a ilegalização do PCP. No entanto, a sua proposta de um “projeto viável de esquerda”, reafirmando o papel condutor das Forças Armadas e propondo uma conciliação nacional por forma a permitir a intervenção de todos os partidos, conhece ampla contestação, mesmo por parte dos que, como o PS, tinham estado ao lado dos moderados na luta contra o gonçalvismo. A polémica intensifica-se no momento de determinar os termos da revisão da Plataforma de Acordo Constitucional. Crescentemente fortalecidos e cientes da sua legitimidade eleitoral, PS, PPD e CDS questionam abertamente a compatibilidade entre democracia política e poder militar. As negociações são duras, deixando patente não só a resistência de alguns sectores do CR ao abandono do processo à democracia representativa com também o crescente poder e capacidade negocial das forças político-partidárias.

O ano de 1976 abre sob o signo da renegociação do Pacto, da qual dependia, em última análise o fim dos trabalhos da Constituinte. Ainda que o peso relativo de cada um dos intervenientes no processo se tenha alterado, o CR procura manter a iniciativa e garantir o comando da transição. O seu peso real e a efetividade do seu comando podem, obviamente, ser questionados. No entanto, não subsistem dúvidas sobre as importantes vitórias que o CR então alcança. No final, a nova Plataforma de acordo constitucional garante-lhe um lugar cimeiro entre os órgãos de soberania e amplas funções de Conselho do Presidente da República (pronunciando-se nomeadamente sobre a nomeação e exoneração do primeiro-ministro), de Tribunal Constitucional (sendo um dos seus membros presidente da Comissão Constitucional) e de órgão político e legislativo em matéria militar. A tutela militar sobre o poder civil, num claro compromisso entre a via eleitoral e a revolucionária, mantem-se.

Saliente-se, a este respeito, que um dos aspetos mais marcantes deste novo Pacto MFA-Partidos é o substancial aumento dos poderes presidenciais

a expensas do CR (FERREIRA, 1994, p. 230). De acordo com o mesmo documento, o futuro Presidente da República deveria ocupar, em simultâneo, a presidência do CR. Esta cláusula, com implicações múltiplas, irá permitir ao CR escolher, de entre os seus membros, o candidato a futuro Presidente da República, que colherá o apoio das mais importantes forças político-partidárias. Constitucionalizada a nova ordem, caberá ao Presidente da República e do CR a gestão do relacionamento entre o poder militar e civil, tornando-o numa peça central do período de transição.

De qualquer forma, a partir de Verão de 1976, mais que ‘motor’, o CR assume-se como árbitro, fiscal e garante do cumprimento da nova Constituição. Como organismo não eleito democraticamente, resguardado ainda por uma legitimidade revolucionária, o CR é, na prática, a continuação do MFA e simboliza o seu papel no derrube da Ditadura. Uma realidade que obriga à introdução do conceito de “consolidação democrática tutelada” que se prolonga até à revisão constitucional de 1982 que extingue o CR. Mais uma marca original do processo de transição português, decorrente do papel nele desempenhado pelos militares.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Diniz de (s.d.). *Ascensão, Apogeu e Queda do MFA*. Lisboa: ed. Sociais (2 vols.).
- AMARAL, Diogo Freitas do (1995). *O Antigo Regime e a Revolução – Memórias Políticas (1941-1975)*. Lisboa: Bertrand.
- AVILLEZ, Maria João (1996). *Soares: Ditadura e Revolução*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- FERREIRA, José Medeiros (1983). *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O Período pré-constitucional*. Lisboa: INCM-Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- FERREIRA, José Medeiros (1994). PORTUGAL EM TRANSE. IN: MATTOSO, JOSÉ (DIR.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- OLIVEIRA, César (1993). *Os anos decisivos: Portugal 1962-1985. Um Testemunho*. Lisboa: Presença.
- REIS, António (1992). *Portugal Contemporâneo*, vol. 6. Lisboa: Publicações Alfa.

- REIS, António (1994). O processo de democratização. In: REIS, António. *Portugal – 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 19-39.
- REIS, António; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (2016-2017). *Dicionário de História de Portugal – o 25 de Abril*. 8 vols. Porto: Figueirinhas.
- REZOLA, Maria Inácia (2006). *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- REZOLA, Maria Inácia (2012). *Melo Antunes, uma biografia política*. Lisboa: Editorial Âncora.
- RIBEIRO, Nelson (2002). *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep (1993). *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1998). *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. 3.ed. Porto: Afrontamento.